

8. Desafios para a gestão das Praças

Refletindo sobre a experiência das 100 unidades concluídas em 2014, pode-se afirmar que a gestão das Praças enfrenta dois problemas centrais: 1) a efetivação da gestão compartilhada, que inclui os desafios da participação e da mobilização social, bem como da intersectorialidade; 2) a garantia de orçamento para manutenção, funcionamento, programação, usos e pessoal, incluindo sua capacitação. Busca-se aqui apontar os componentes mais importantes de tais desafios, as possibilidades de enfrentamento e as potencialidades para sua reversão, com base nos casos em andamento.

O primeiro ponto - a efetivação da gestão compartilhada, com participação e mobilização social e fortalecimento da intersectorialidade - dependerá, inicialmente, do grau de organização e articulação da comunidade, bem como da densidade e da qualidade da atuação de entidades públicas e privadas no território, ou seja, da cultura e da história de participação democrática locais e da coesão do tecido sociocultural.



Fanfarra ensaia na Praça de Rio Branco, AC. (DINC, 2014)



Oficina de dança cigana no cine-teatro da Praça de Maricá, RJ. (DINC, 2014)

A tecnologia de mapeamento e ativação dos territórios, descrita no item 5, busca apoiar os municípios no fortalecimento do processo de mobilização social que deve justamente iniciar ou intensificar a organização comunitária, reunindo pessoas e entidades em torno de uma agenda compartilhada de transformação e desenvolvimento. Nesse sentido é fundamental lembrar que se trata de um processo longo e descontínuo, sujeito a inúmeras variáveis e sem resultados previsíveis ou padronizados.

Faz-se necessária a mobilização social contínua da comunidade, visando à transformação socioespacial e ao atendimento efetivo das demandas locais, juntamente com a apropriação dos equipamentos pela população, bem como o enfrentamento de conflitos e situações de violência e risco no equipamento e seu entorno.

A questão da violência e das situações de risco social vivenciados nessas comunidades são elementos inibidores das iniciativas de organização comunitária. Dada a complexidade dessa

questão em nossas periferias urbanas e da chegada recente do Estado e das políticas públicas, independentemente da região do país ou de indicadores de riqueza e desenvolvimento do município, é fundamental que se consolidem respostas mais incisivas e articuladas do Estado. Por isso, acredita-se que o direcionamento de programas e ações dos ministérios parceiros será fundamental para intervir nessas realidades, especialmente do Ministério da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional da Juventude.

A cultura e o esporte também são grandes potenciais, uma vez que mobilizam jovens e crianças com mais facilidade e promovem a autoestima e o fortalecimento das identidades, fortes aliados no combate à violência urbana e à vulnerabilidade social.

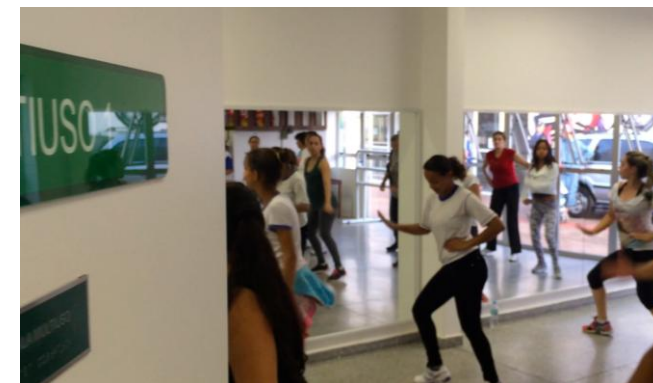


Oficina de contação de histórias para crianças na biblioteca da Praça de Maricá, RJ. (PMM, 2014)

Nesse sentido, destaca-se a importância da integração entre as diversas áreas que têm as Praças como locus de atuação, desde o nível ministerial até o das secretarias e órgãos municipais. Trata-se de um grande desafio, dado que o trabalho intersetorial enfrenta a dificuldade de superar a tradicional divisão e especialização dos setores das políticas públicas, ainda que o território de atuação comum facilite essa aglutinação. A esfera federal deve dar o exemplo e puxar o processo de articulação intersetorial no nível local.

Outro fator decisivo no início do processo de mobilização social para gestão compartilhada é o grau de abertura da gestão pública local à participação, que inclui a adoção de ferramentas e mecanismos de transparência e garantia da participação da comunidade desde o início das obras, passando pela realização das oficinas e reuniões da etapa de mobilização social, até a constituição do Grupo Gestor tripartite.

Cabe ao MinC impulsionar o processo, garantindo a transparência tanto pela publicação de informações do Sistema de Gestão e no site do Programa, quanto nas atividades de atuação, capacitação e fortalecimento das redes de gestores e comunidades. Esses instrumentos devem contribuir para a democratização das Praças, favorecendo o protagonismo da comunidade em parceria com os agentes públicos e entidades envolvidos com a gestão.



Aula de dança na sala multiuso da Praça de São Bento do Sul, SC. (DINC, 2014)

Quanto maior for o envolvimento da comunidade na tomada de decisão sobre o funcionamento do equipamento, maior será o uso dos espaços e, conseqüentemente, os cuidados e a resistência à depredação e às diversas formas de privatização – seja pela violência, pelo fechamento, pelo domínio de entidades e ou órgãos municipais, que podem descaracterizar a natureza dos espaços e o caráter público.

Diversas experiências mostram que quanto mais abertos e utilizados os espaços – dos banheiros às áreas abertas de lazer – mais seguras, cuidadas e apropriadas as Praças pelas comunidades, gerando um círculo virtuoso e inibindo a apropriação por grupos violentos ou segregadores.

Em Toledo, no Paraná, os banheiros ficam sempre abertos e são cuidados com flores e limpeza constante, ressignificando o valor e o uso do que é público. A coordenadora do CEU realiza um trabalho contínuo de educação para o uso compartilhado do espaço, conversando diariamente com a comunidade, especialmente com os jovens e crianças. Assim, quando algum elemento é quebrado, a própria comunidade providencia o reparo. Foi dessa forma que os jovens negociaram a utilização do passeio público para manobras de skate: caso quebrem algum componente do mobiliário da praça, devem repará-lo.

Em Rio Branco, no Acre, foi instalada internet sem fio grátis e a praça tornou-se um grande ponto de encontro da comunidade, inclusive em horários noturnos. A ocupação constante gera segurança e valorização de um espaço público antes estigmatizado devido a casos de violência recorrentes quando a Praça ainda não existia.

Já em Erechim, no Rio Grande do Sul, após inúmeros casos de depredação e situações de violência, o coordenador do CEU, juntamente com o Grupo Gestor, realizou uma reunião com os grupos envolvidos nas ocorrências e conseguiu fazer um acordo para preservar a Praça de ações criminosas.

Sobre o segundo ponto - a garantia de orçamento para manutenção, funcionamento, programação, usos e pessoal, incluindo sua capacitação – ressalta-se que, ainda que o município



Ensaio de Hip-Hop no cine-teatro da Praça de Sete lagoas, MG. (DINC, 2014)



Laboratório multimídia na Praça de Pato Branco, PR. (PMPB, 2014)

tenha assinado seu compromisso com a gestão do equipamento no momento da seleção do PAC, há inúmeras dificuldades a serem enfrentadas, não apenas pelo custo de funcionamento.

A implementação e o compromisso com o Programa tem sofrido com as mudanças de prioridades nas gestões municipais que tiveram interrupções de 2010 a 2015, impactando na garantia de recursos para gestão e manutenção por meio da inclusão de ações nas leis orçamentárias municipais.

Sem recursos significativos para o desenvolvimento de atividades contínuas nos equipamentos, os municípios tem trabalhado com o direcionamento de programas e projetos já existentes às praças, grande parte deles desenvolvidos em parceria com entidades e instituições públicas e privadas da sua região.

Dessa forma, o Festival Internacional de Artes “Fronteiras Brasil” de Matão, em São Paulo, passou a acontecer na Praça desde a sua inauguração, além de em outros espaços públicos do município, incluindo oficinas e espetáculos oferecidos à população por 26 artistas e arte-educadores voluntários, do Brasil e de mais 7 países.

Em Águas Lindas de Goiás a Associação Ninho dos Artistas tem utilizado os espaços culturais e esportivos da Praça recentemente inaugurada para desenvolver as atividades junto a crianças das escolas municipais no âmbito do Programa Mais Cultura nas Escolas.

Essas experiências, entre outras, têm recheado as Praças de atividades de alta qualidade, atraindo a comunidade para dentro do equipamento, a despeito das dificuldades de orçamento e equipe fixa para coordenar cada um dos espaços.

Muitas Praças têm deslocado servidores públicos municipais para atuar nos espaços, suprindo temporariamente e em carga horária por vezes insuficiente, essa necessidade - que encontra constrangimentos devido aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para comprometimento da Receita Corrente Líquida com gastos em pessoal, também enfrentados hoje nos demais equipamentos sociais: creches, UBS e CRAS, entre outros.



Apresentação teatral no cineteatro da Praça de Sertãozinho, SP. (PMS, 2014)



Apresentação circense na quadra da Praça em Cambé, PR. (PMC, 2014)

Cabe destacar em relação à equipe que o desafio não se centra apenas em contratar e garantir a carga horária necessária ao pleno funcionamento da Praça, incluindo horários noturnos e finais de semana, mas de ter profissionais capacitados para a demanda, que envolve por vezes formações específicas – como a de bibliotecário e a de educador físico – e, fundamentalmente, capacidade de diálogo e integração com a comunidade, lidando com os desafios inerentes às situações de vulnerabilidade social e violência.

Acredita-se que a capacitação para o trabalho cotidiano nas Praças deve estar pautada na troca de experiências entre os gestores e comunidades e os atores da base comunitária, como os Pontos de Cultura. Dessa forma, o apoio a Agentes Cultura Viva das comunidades para atuação nos diversos espaços das Praças é fundamental, uma vez que atuam como mobilizadores, despertando as pessoas para as diversas linguagens artísticas e formas de fruição cultural.

Por fim, a sustentabilidade financeira e política das Praças, como já mencionado no **item 7** deste texto, passa pelo debate sobre a consolidação dos sistemas nacionais, cabendo à cultura amadurecer a proposição sobre a regulamentação do fundo nacional, que poderá dar as bases para programas de manutenção, usos e programação dos equipamentos, incluindo recursos para circulação e difusão, valorizando a diversidade cultural produzida nas Praças, nas diferentes regiões e localidades do país.

Leia também:

Apresentação

1. **O legado do Programa Mais Cultura**
2. **O conceito do equipamento**
3. **Mobilização Social para gestão compartilhada**
4. **Mapeamento, ativação e desenvolvimento territorial**
5. **Infraestrutura urbana e política social**
6. **Desenho institucional e relações federativas no PAC 2**
7. **Gestão e sustentabilidade das Praças sob a perspectiva da consolidação dos Sistemas Nacionais**
8. **Desafios para a gestão das Praças**